



renova
> ENERGIA



Informações Contábeis
Intermediárias Individuais e
Consolidadas

31/03/2025

Renova Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Em 31 de março de 2025

Renova Energia S.A.

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	13

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos:
Acionistas e Administradores da
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A.** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1)-Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34-*Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410-Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410-*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a Norma Internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Encerramento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e capitalização de créditos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a Renova Energia S.A. e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido nessa mesma data, sendo posteriormente deferidos um novo pedido e novos aditamentos aos planos de recuperação judicial.

No dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo, proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas.

Além disso, conforme descrito na Nota Explicativa nº 29.2, o Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações ("Credor"). O aumento de capital é homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$ 534.474 mil. No entanto, em 13 de maio de 2025 a "2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais", em sede de julgamento embargos de declaração, reconheceu nulidade da operação de conversão de crédito realizada pela Companhia mediante capitalização de créditos. Cabe ressaltar que essa decisão não é definitiva e está sujeita a interposição de recursos. A Companhia está avaliando, em conjunto com seus assessores, as medidas legais cabíveis contra a decisão.

Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34.

Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e período anterior

O exame dos balanços patrimoniais individual e consolidado de 31 de dezembro de 2024 e a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria e de revisão sem modificação com parágrafo de ênfase relacionada ao Plano de Recuperação Judicial, datados em 28 de março de 2025 e 15 de maio de 2024, respectivamente.

São Paulo, 15 de maio de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cassiano", is written over a faint, larger version of the signature.

Cassiano Gonçalves Alvarez
Contador CRC 1SP-219153/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7



Sumário

Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstração do Resultado Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Demonstração do valor adicionado.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	13
1. Informações Gerais.....	13
2. Políticas contábeis materiais	24
3. Das autorizações vigentes	33
4. Comercialização de energia	34
5. Segmentos operacionais	34
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	36
7. Contas a receber de clientes.....	36
8. Tributos a recuperar	36
9. Investimentos	37
10. Imobilizado	44
11. Direito de uso – Arrendamentos.....	53
12. Fornecedores.....	54
13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas	56
14. Tributos a recolher	61
15. Contas a pagar – CCEE.....	62
16. Outras contas a pagar	62
17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.....	63
18. Compromissos futuros.....	68
19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas	69
20. Receita líquida.....	70
21. Custos e despesas (receitas)	70
22. Resultado financeiro	71
23. Imposto de renda e contribuição social.....	72
24. Transações com partes relacionadas.....	73
25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	77
26. Lucro (Prejuízo) por ação	84
27. Cobertura de seguros	84
28. Transações não envolvendo caixa	85
29. Eventos subsequentes	85

Balancos Patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTES			-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.164	16.211	101.143	144.216
Aplicações financeiras	6	-	-	4.023	5.145
Contas a receber de clientes	7	-	-	54.064	48.798
Tributos a recuperar	8	911	840	14.254	12.579
Partes relacionadas	24	62.114	64.936	-	-
Adiantamentos a fornecedores		523	246	977	2.293
Despesas antecipadas		216	119	7.772	9.953
Compromissos futuros	18	-	-	192.195	63.415
Outros créditos		520	671	1.515	1.870
		<u>75.448</u>	<u>83.023</u>	<u>375.943</u>	<u>288.269</u>
Total dos ativos circulantes		<u>75.448</u>	<u>83.023</u>	<u>375.943</u>	<u>288.269</u>
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	21	22	21	22
Depósitos judiciais		646	795	2.635	2.714
Tributos diferidos		-	-	14.258	12.900
Partes relacionadas	24	12.937	-	-	-
Compromissos futuros	18	-	-	241.663	213.868
Investimentos	9	962.691	1.029.986	-	-
Imobilizado	10	121.686	116.436	2.526.346	2.543.573
Total dos ativos não circulantes		<u>1.097.981</u>	<u>1.147.239</u>	<u>2.784.923</u>	<u>2.773.077</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.173.429</u>	<u>1.230.262</u>	<u>3.160.866</u>	<u>3.061.346</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTES					
Fornecedores	12	11.166	19.688	67.357	65.404
Empréstimos e financiamentos	13	746	688	30.800	33.691
Tributos a recolher	14	2.684	2.681	8.244	9.288
Salários, encargos e férias a pagar		4.027	7.402	5.164	8.972
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	178.767	159.834
Arrendamentos a pagar	11	483	195	1.046	695
Compromissos futuros	18	-	-	226.021	76.712
Adiantamentos de clientes		113	100	5.644	5.897
Partes relacionadas	24	30.486	30.486	-	-
Outras contas a pagar	16	2.081	2.081	2.150	2.149
		<u>51.786</u>	<u>63.321</u>	<u>525.193</u>	<u>362.642</u>
Total dos passivos circulantes		<u>51.786</u>	<u>63.321</u>	<u>525.193</u>	<u>362.642</u>
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	12	31.699	16.638	246.809	260.380
Empréstimos e financiamentos	13	31.881	31.881	1.115.068	1.110.499
Debêntures privadas	13	52.496	53.756	-	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	18	-	-	45.785	39.123
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	74.485	71.413
Arrendamentos a pagar	11	9.452	8.324	25.667	24.277
Partes relacionadas	24	-	107	-	-
Provisão para perda sobre investimentos	9	13.712	21.092	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	17	131.947	129.596	163.495	161.145
Provisão para desmantelamento	10.11	-	-	26.745	26.349
Compromissos futuros	18	-	-	73.175	85.503
Outras contas a pagar	16	92.043	89.596	106.031	104.064
Total dos passivos não circulantes		<u>363.230</u>	<u>350.990</u>	<u>1.877.260</u>	<u>1.882.753</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	19	4.170.394	4.170.394	4.170.394	4.170.394
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.370.225)	(3.312.687)	(3.370.225)	(3.312.687)
Total do patrimônio líquido		<u>758.413</u>	<u>815.951</u>	<u>758.413</u>	<u>815.951</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.173.429</u>	<u>1.230.262</u>	<u>3.160.866</u>	<u>3.061.346</u>

As notas explicativas são parte integrante demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Demonstrações dos Resultados

Períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
RECEITA LÍQUIDA	20	-	-	84.088	42.587
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com compra de energia		-	-	(50.094)	(2.903)
Custo de operação		-	-	(14.334)	(14.711)
Depreciações e amortizações	10	-	-	(25.751)	(22.523)
Encargos de uso do sistema de distribuição		-	-	(5.966)	(5.689)
Total	21	-	-	(96.145)	(45.826)
Compromissos futuros marcação a mercado	18	-	-	19.594	(11.712)
RESULTADO BRUTO		-	-	7.537	(14.951)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		1.517	(3.579)	(15.214)	(14.421)
Depreciações e amortizações	10	(884)	(836)	(988)	(909)
Outras receitas (despesas) líquidas		(247)	(123)	334	(149)
Total	21	386	(4.538)	(15.868)	(15.479)
Resultado de equivalência patrimonial	9.2	(35.178)	(51.690)	-	-
Ganho na alienação de ativos		658	-	658	-
Total		(34.520)	(51.690)	658	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(34.134)	(56.228)	(7.673)	(30.430)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		148	17	3.716	512
Despesas financeiras		(23.552)	(5.705)	(44.476)	(34.326)
Total	22	(23.404)	(5.688)	(40.760)	(33.814)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(57.538)	(61.916)	(48.433)	(64.244)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(3.064)	(1.791)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	(6.041)	4.119
Total	23	-	-	(9.105)	2.328
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(57.538)	(61.916)	(57.538)	(61.916)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	26	(0,23)	(0,39)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Informações

Trimestrais



Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo líquido do período	(57.538)	(61.916)	(57.538)	(61.916)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(57.538)	(61.916)	(57.538)	(61.916)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Informações

Trimestrais



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital Ágio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		4.170.394	(41.757)	1	(3.195.418)	933.020
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(61.916)	(61.916)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024		4.170.394	(41.757)	1	(3.257.534)	871.104
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.170.394	(41.757)	1	(3.312.687)	815.951
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(57.538)	(57.538)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025	19	4.170.394	(41.757)	1	(3.370.225)	758.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do período		(57.538)	(61.916)	(57.538)	(61.916)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	884	851	27.280	23.920
Compromissos futuros marcação a mercado	18	-	-	(19.594)	11.713
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	4.264	81	6.584	101
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.233	919	34.070	27.927
Apropriação dos custos sobre empréstimos	13	17	-	612	-
Atualização e provisão CCEE	15	-	-	19.863	25.149
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	2.351	1.722	2.350	1.723
Juros sobre aplicações financeiras e cauções		(328)	(9)	(3.843)	(470)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	24	(3)	166	-	-
Juros sobre contas a pagar	22	16.365	2.766	1.847	3.560
Juros sobre passivo de arrendamento	11	543	368	945	804
Atualização da provisão para desmantelamento	10.11	-	-	396	264
Atualização de depósitos judiciais		-	-	1.998	-
Tributos diferidos ativos		-	-	(1.358)	(303)
Resultado de equivalência patrimonial	9	35.178	51.690	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(5.266)	6.185
Depósitos judiciais		149	(67)	(1.919)	(88)
Tributos a recuperar		(71)	(8)	(1.675)	2.848
Despesas antecipadas		(97)	(373)	2.181	1.496
Adiantamentos a fornecedores		(277)	(95)	1.316	596
Outros créditos		150	(3.411)	(303)	(650)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(9.826)	(6.317)	(10.797)	(26.599)
Adiantamento de clientes		13	-	(253)	6.061
Tributos a recolher		3	(670)	8.727	(3.506)
Tributos diferidos passivos		-	-	-	(3.982)
Salários e férias a pagar		(4.795)	247	(5.228)	418
Contas a pagar CCEE	15	-	-	(519)	(15.438)
Outras contas a pagar		1.789	2.447	1.965	1.977
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	(109)	(3.109)	(2.174)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(1.409)	(1.336)	(33.004)	-
Pagamentos de contingências	17	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(11.405)	(13.054)	(34.272)	(384)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	9	(2.465)	(1.745)	-	-
Recebimento na alienação de ativos	1.1	658	-	658	-
Aplicações financeiras		329	6	4.966	866
Aquisição de imobilizado	10	(6.988)	(1.030)	(12.530)	(3.532)
Dividendos recebidos	9	9.667	-	-	-
Partes Relacionadas - ações resgatáveis	9	4.597	-	-	-
Partes relacionadas	24	2.824	5.034	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		8.622	2.265	(6.906)	(2.666)



	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	13	-	(404)	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(1.043)	-	-	(229)
Pagamento de passivos de arrendamento		(1.117)	-	(1.895)	-
Partes relacionadas	24	(104)	11.200	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(2.264)	10.796	(1.895)	(229)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5.047)	7	(43.073)	(3.279)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	16.211	246	144.216	17.600
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	11.164	253	101.143	14.321
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5.047)	7	(43.073)	(3.279)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
RECEITAS					
Vendas de energia	20	-	-	96.463	48.550
Compromissos futuros marcação a mercado				19.594	(11.712)
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.1	658	-	658	-
Outras receitas		1.868	1.166	3.036	1.166
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		-	-	(70.655)	(23.500)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		2.828	(1.348)	(8.019)	(5.752)
Valor adicionado bruto		5.354	(182)	41.077	8.752
Depreciação	10	(884)	(836)	(26.739)	(23.432)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		4.470	(1.018)	14.338	(14.680)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(35.178)	(51.690)	-	-
Receitas financeiras		173	18	3.762	521
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(30.535)	(52.690)	18.100	(14.159)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		1.429	1.267	4.114	3.141
Honorários da administração		1.145	1.373	3.297	3.403
Benefícios		249	202	1.517	1.263
FGTS		121	165	373	521
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		551	491	23.066	4.771
Estaduais		-	-	571	-
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		20.758	3.869	39.566	31.677
Aluguéis		(204)	23	54	354
Outros		2.954	1.836	3.080	2.627
Remuneração de Capitais Próprios:					
Prejuízo líquido do período		(57.538)	(61.916)	(57.538)	(61.916)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(30.535)	(52.690)	18.100	(14.159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

1. Informações Gerais

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo - SP, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis – eólica e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):



Investimentos	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. ("Renova PCH")	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ¹ Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) ¹	Controlada indireta	
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Renova Comercializadora de Energia S.A.	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Eólicas Abil S.A. ¹ Centrais Eólicas Acácia S.A. ¹ Centrais Eólicas Angico S.A. ¹ Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ¹ Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. ¹ Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. ¹ Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ¹ Centrais Eólicas Tabua S.A. ¹ Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ¹	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 ("LER 2013").
Centrais Eólicas São Salvador S.A. ¹ Centrais Eólicas Cedro S.A. ¹ Centrais Eólicas Vellozia S.A. ¹ Centrais Eólicas Angelim S.A. ¹ Centrais Eólicas Facheiro S.A. ¹ Centrais Eólicas Sabiu S.A. ¹ Centrais Eólicas Barbatimão S.A. ¹ Centrais Eólicas Juazeiro S.A. ¹ Centrais Eólicas Jataí S.A. ¹ Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. ¹ Centrais Eólicas Amescla S.A. ¹ Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. ¹ Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. ¹ Centrais Eólicas Manineiro S.A. ¹	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção comercializada no mercado livre.
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ¹	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. ¹	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ² Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ² Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ² Centrais Eólicas Canjoão S.A. ² Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ² Centrais Eólicas Conquista S.A. ² Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ² Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ² Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ² Centrais Eólicas Macambira S.A. ²	Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.

Investimentos	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ² Centrais Eólicas Tingui S.A. ² Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ² Centrais Eólicas Caliandra S.A. ² Centrais Eólicas Cansanção S.A. ² Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ² Centrais Eólicas Ico S.A. ² Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ² Centrais Eólicas Lençóis S.A. ² Centrais Eólicas Putumuju S.A. ²	Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
SF 120 Participações Societárias S.A. Renovapar S.A.	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
Taperoá Centrais Eólicas Ltda Ventos de São Bartolomeu Energia Renováveis Ltda.	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
UFV Maracujá Ltda. UFV Gregal Ltda. UFV Lagoa Ltda. UFV Tambora Ltda. UFV Vatra Ltda. UFV Cachoeira Ltda. UFV Fotiá Ltda. UFV Morrinhos Ltda. UFV Iracema Ltda. UFV Azufre Ltda. UFV Junco Ltda. UFV Caraubas Ltda. UFV Quixabas Ltda.	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B (nota 29.3)

1.1. Principais eventos ocorridos nos exercícios

1.1.1. Pagamento de credores

Conforme cronograma de pagamento de amortização previsto nos Planos de Recuperação Judiciais da Renova, em fevereiro de 2023 a companhia realizou o pagamento da primeira parcela aos credores com Garantia Real “Classe II”, cujo montante total foi de R\$34,4 milhões. Em agosto de 2023, a Cia. constitui acordo de *Standstill*, conforme Fato Relevante publicado em 13 de agosto de 2023, o qual possibilitou o pagamento parcial de juros no total de R\$10,6 milhões, pagos em três parcelas iguais e consecutivas com vencimento entre agosto e outubro de 2023. Em continuidade as tratativas no âmbito da Recuperação Judicial os novos aditamentos foram submetidos à homologação em 14 de outubro de 2024, e em 15 de outubro de 2024 foi realizado o pagamento de R\$18,9 milhões referente aos juros acumulados do período, com homologação final dos aditivos ocorridos em 30 de outubro de 2024.

Quanto aos pagamentos dos credores quirografários, Classe III, estão sendo realizados conforme previsto cronograma de pagamento do plano de Recuperação Judicial da Cia. Adicionalmente, em fevereiro e agosto de 2024, foram realizados os pagamentos dos credores classe III, no valor montante de R\$24,4 milhões do Plano de Recuperação Judicial.

Em 14 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$ 11,7 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 14 de agosto de 2024 a 14 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.4.1.2.2.2. do Plano De Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 17 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$ 32,8 milhões, referente à parcela semestral correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) dos juros acumulados no período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.3.1.1.3.2 do 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

1.1.2. Suspensão da liminar contrato Light

Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Light.

Os recursos pendentes de julgamento não detêm efeito suspensivo. Assim, diante do julgamento em 25 de abril de 2024 do incidente da Recuperação ajuizado pela LightCom, a Companhia incluiu no quadro geral de credores o crédito de R\$51 milhões em favor da LightCom, Classe III (Nota 17).

A partir de janeiro de 2025, o contrato anteriormente rescindido unilateralmente pela LightCom com a controlada Renova Comercializadora S.A foi restabelecido e voltou a produzir seus efeitos.

1.1.3. Acordo transação de projetos em desenvolvimento

Em abril de 2024, foi assinado um instrumento particular de transação entre a Companhia e o Grupo Sallus, representado por suas sociedades investidas, dedicados à pesquisa e implementação de projetos de energia eólica e solar. O acordo abrange a sobreposição de projetos em desenvolvimento entre as partes. Para transação foram atendidas todas as condições precedentes, destacam-se a homologação pelo juízo da Recuperação Judicial e a autorização do CADE.

1.2. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de março de 2025:

Classes	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/03/2025
Classe II - credores com garantia real	1.129.487	(32.792)	34.070	1.130.765
Classe III - credores quirografários	324.890	(11.457)	1.462	314.895
Extraconcursal	33.342	(943)	984	33.383
Total	1.487.719	(45.193)	36.516	1.479.043

Classes	Saldo em 31/12/2023	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2024
Classe I - credores trabalhistas	118	-	(1)	(117)	-
Classe II - credores com garantia real	1.035.274	-	(18.420)	112.633	1.129.487
Classe III - credores quirografários	284.768	57.938	(24.412)	6.596	324.890
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	842	(374)	-	(468)	-
Extraconcursal	30.558	-	(543)	3.327	33.342
Total	1.351.560	57.564	(43.376)	121.971	1.487.719

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.

- ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	5,00%	5,00%
2029	5,00%	5,00%
2030	5,00%	16,00%
2031	16,00%	18,00%

Em 11 de agosto de 2023, a Companhia celebrou acordo de *standstill* com os credores titulares de créditos com garantia real, referente à parcela semestral com pagamento previsto para 14 de agosto de 2023 (“Parcela Agosto/23”).

Por meio do Acordo, os credores com garantia real concordaram em: (i) receber parte da Parcela Agosto/23, no valor de R\$10.630, dividida em 3 pagamentos, mensais e de igual valor, com vencimento prorrogado para o último dia dos meses de agosto, setembro e outubro de 2023 (“Pagamento Parcial”); e (ii) não realizar quaisquer atos de cobrança do saldo da Parcela Agosto/23 durante a vigência do Acordo, que se encerrou em 15 de setembro de 2023.

Em 15 de setembro de 2023 a Companhia celebrou aditamentos aos planos de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, os quais foram devidamente homologados pelo Juízo da recuperação judicial, segundo previsto no acordo de *standstill* celebrado em 11 de agosto de 2023, que deixou de vigor nesta data.

Em 10 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos. Os Aditamentos se limitavam a prever que a parcela semestral devida aos credores com garantia real em 10 de dezembro de 2023 seria paga até 02 de fevereiro de 2024. Tal ajuste se limitava à forma de pagamento dos credores com garantia real, não afetando e nem alterando as formas de pagamentos previstas pelos Planos para os demais credores da Companhia

A parcela semestral com pagamento previsto para 14 de fevereiro de 2024, não foi paga aos credores titulares de créditos com garantia real.

Em 7 de junho de 2024 a Companhia celebrou o sexto aditamento ao plano de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, com vigência até agosto de 2024.

No início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JIVE. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas.

A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real. Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Com a homologação do 7º aditivo ao plano de recuperação, o fluxo de pagamento foi reestruturado para os créditos dos credores com garantia real – classe II, onde:

- Os créditos de Garantia Real serão remunerados a 100% do CDI a partir da Data do Pedido.
- Durante os 24 meses após a homologação do 7º Aditamento, a Renova poderá optar por uma nova fórmula de remuneração, composta por:
 - IPCA acumulado (pro rata temporis);
 - NTN-B 2035 (acima do IPCA);
 - Spread prefixado de 0,5% ao ano.
 - Taxa Piso IPCA + 5% ao ano.
 - A partir de 15 agosto de 2026, término da carência da amortização do principal.

O novo fluxo de amortização seguirá conforme o quadro abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2026	-	1,00%
2027	1,01%	1,53%
2028	1,55%	2,11%
2029	2,69%	2,76%
2030	2,84%	2,92%
2031	3,01%	3,11%
2032	3,21%	5,30%
2033	5,59%	5,93%
2034	6,30%	6,72%
2035	7,21%	100,00%

- a) Parcelas em atraso: As parcelas semestrais previstas no plano anterior, com vencimentos em agosto 2023 e fevereiro 2024, serão capitalizadas ao saldo devedor em 15 de outubro de 2024.

- b)** Pagamento em 15 de outubro de 2024: Foi pago 25% dos juros do período de 14 de fevereiro 2024 a 15 de outubro de 2024, enquanto os 75% restantes serão capitalizados ao saldo devedor.
- c)** Pagamento em 15 de fevereiro 2025: Foi pago 75% dos juros do período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro 2025, com os 25% restantes capitalizados ao saldo devedor.
- d)** A partir de 15 de agosto de 2025: Os juros semestrais passarão a ser integralmente pagos, sem capitalização.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a)** Pagamentos iniciais no montante de até R\$2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 em até 90 dias e mais R\$1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b)** O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c)** Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d)** O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 2024	2,50%	2,50%
Ano 2025	2,50%	2,50%
Ano 2026	2,50%	2,50%
Ano 2027	2,50%	2,50%
Ano 2028	2,50%	2,50%
Ano 2029	2,50%	5,00%
Ano 2030	5,00%	5,00%
Ano 2031	5,00%	5,00%
Ano 2032	5,00%	5,00%
Ano 2033	5,00%	5,00%
Ano 2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a)** Pagamentos iniciais no montante de até R\$2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 em até 90 dias e mais R\$1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b)** O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c)** Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.

- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

Em 21 de outubro de 2024 a Companhia, em atendimento ao artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência enviada por VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”), fundo de investimento integrado do conglomerado econômico da AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista pertencente ao grupo de controle da Companhia, contemplando o seu compromisso de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço unitário de R\$1,08, mediante capitalização de créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, no montante aproximado de R\$524 milhões (“Compromisso de Assinatura”).

A Companhia esclarece que o Compromisso de Subscrição e a proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, nos termos do Compromisso de Subscrição, serão submetidos à análise do Conselho de Administração, que oportunamente deliberaria sobre a realização, ou não, do referido aumento de capital.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor declarou que é titular de créditos, detalhado nas notas explicativas 12 (classe III) e 13.5 (classe II).

O aumento de capital com base nos créditos ocorrerá por meio da capitalização dos créditos detidos pelo Investidor contra a Companhia no momento da sua capitalização (o que ainda não havia ocorrido até 31 de março de 2025), podendo resultar na entrega de participação acionária, observado o direito de preferência dos acionistas. A Capitalização de Créditos, nos termos propostos, reduzirá o endividamento em aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) (base set/24), sem qualquer comprometimento do caixa resultando em uma redução substancial da alavancagem da Companhia. Vale ressaltar, que a Capitalização de Créditos beneficia não apenas a Companhia, ao reduzir de forma material o seu passivo, mas a todos os credores concursais, ao proporcionar-lhes conforto adicional de que a Companhia conseguirá adimplir suas obrigações nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Por fim, o investidor se comprometeu, de forma irrevogável e irretratável, não alienar ou transferir total ou parcialmente, as ações ordinárias de emissão da Companhia que venham a ser entregues ao Investidor em decorrência da Capitalização de Créditos pelo período de 12 (doze) meses e a investir valores recebidos da companhia através de um instrumento próprio de (“Compromisso de Investimento”), sujeito à aprovação pelo conselho de administração da Companhia.



Em 25 de outubro de 2024, a Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 44, de 23 de agosto de 2021, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2024, foi aprovado um aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão, pela Companhia, para subscrição privada de, no mínimo, 485.185.185 e, no máximo, 500.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Ações Ordinárias”), dentro do limite de capital autorizado, conforme disposto no estatuto social da Companhia, ao preço de emissão de R\$1,08 por Ação Ordinária (“Preço de Emissão”), totalizando, no mínimo, R\$523.999.999,80 (“Subscrição Mínima”) e, no máximo, R\$540.000.000,00 (“Subscrição Máxima” e “Aumento de Capital”, respectivamente), condicionado ao recebimento, pela Companhia, da confirmação da titularidade dos Créditos (conforme definido abaixo) pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Preço de Emissão foi fixado considerando a proposta constante do Compromisso de Subscrição (conforme definido abaixo) e corresponde ao preço médio ponderado por volume (VWAP) das Ações Ordinárias na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 pregões compreendidos entre os dias 12 de setembro de 2024 (inclusive) e 23 de outubro de 2024 (inclusive), com deságio de 0,9%. Nesse sentido, o preço de emissão foi fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, sem resultar em diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia (incluindo os titulares de Units).

Nesse sentido, o Aumento de Capital tem por finalidade viabilizar a Capitalização dos Créditos, com a consequente redução do endividamento da Companhia e fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, tendo por objetivo a superação da situação de crise da Companhia, em benefício dos interesses da Companhia e de seus acionistas, credores e demais stakeholders.

Sem prejuízo da Capitalização dos Créditos, será assegurado o direito de preferência para subscrição das Ações Ordinárias objeto do Aumento de Capital pelos acionistas da Companhia (incluindo os titulares de certificados de depósito de ações de emissão da Companhia (“Units”), nos termos do artigo 171, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações (“Direito de Preferência”). Tendo em vista que o Aumento de Capital, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, está sujeito ao recebimento, pela Companhia, da confirmação do Credor acerca da titularidade dos Créditos, o prazo para exercício do Direito de Preferência será oportunamente divulgado pela Companhia por meio de novo aviso aos acionistas após tal confirmação.

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o Aumento de Capital poderá ser parcialmente homologado em caso de subscrição de Ações Ordinárias, incluindo por meio da Capitalização dos Créditos, representando, no mínimo, a Subscrição Mínima.

A Companhia divulgou nesta data aviso aos acionistas, disponível nos websites da Companhia (ri.renovaenergia.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br), contendo informações adicionais acerca da Capitalização dos Créditos e do Aumento de Capital, incluindo os termos e condições a serem observados quando da subscrição e integralização das Ações Ordinárias objeto do Aumento de Capital, bem como as informações exigidas nos termos do artigo 33, inciso XXXI, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

A Companhia informa que, em 6 de março de 2025, foram celebrados o “Termo de Compromisso de Lock-Up” e o “Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital”, conforme nota explicativa 30.3 e manterá seus acionistas e o mercado devidamente informados a respeito do Aumento de Capital, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

A Renova Energia S.A. (RNEW3; RNEW4; RNEW11) (“Companhia” ou “Renova”), em conformidade com o artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em complemento ao Fato Relevante divulgado em 31 de outubro de 2024, referente aos Novos Aditamentos, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas (“Grupo Renova Energia”), que tramita sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”).

A sentença de encerramento da Recuperação Judicial foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada (“LRF”), reconhecendo o cumprimento integral das obrigações previstas no plano de recuperação judicial (“Plano”). Isso significa que o Grupo Renova Energia atendeu a todas as obrigações assumidas perante os credores, implementando com êxito as medidas estabelecidas no Plano, dentro dos prazos, termos e condições estipulados. Este é um marco fundamental na reestruturação e transformação da Companhia, consolidando sua sustentabilidade de longo prazo, rentabilidade e capacidade de inovação.

O encerramento da Recuperação Judicial permite à Companhia operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento do saldo do passivo concursal de R\$1.479.043.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

1.3. Continuidade operacional

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$57.538, possui prejuízos acumulados de R\$3.370.225 e ativos circulantes em excesso aos passivos circulantes no montante de R\$23.662 (Controladora) e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$149.250 (Consolidado).

O resultado do exercício findo em 31 de março de 2025 deve-se, principalmente ao resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$44.476 que está representado substancialmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e fornecedores.

A Companhia concluiu a obra do Complexo Solar Caetitê, localizado no sudoeste da Bahia, com capacidade instalada de 4,8MWp, composto por 19.500 placas de 245W cada e 4 inversores, e terá a energia comercializada na modalidade de geração distribuída, as instalações da rede de média tensão (RMT) foram concluídas em abril de 2025 pela Companhia e a energização da planta está prevista para acontecer em maio de 2025.

A Companhia continua monitorando e mantendo os projetos em fase de desenvolvimento, dando sequência na rotina de regularização fundiária, manutenção de licenças ambientais, monitoramento dos recursos eólicos e solares. Atualmente, o portfólio possui uma potência estimada em mais de 7 GW eólicos e 2 GW solares localizados em diversos estados do Brasil. Nesse período, também desenvolveu 11 projetos de geração distribuída (33MW) que se encontram em tramite de solicitação de parecer de acesso, foram desenvolvidos em áreas já arrendadas no passado e utilizando recursos técnicos internos da empresa.

As informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como “Controladora”.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras trimestrais de 31 de março de 2025, aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2025.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

2.3.3 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.4 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.3.5 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, controladas diretas Itaparica e Itapuã VII optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.3.6 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato de a Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

2.3.7 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de terra, referente aos parques eólicos, usina fotovoltaica e contratos para os escritórios.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.10 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 6);
- Aplicações financeiras (nota 6);
- Transações com partes relacionadas (nota 24).

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 7).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 12);
- Empréstimos e financiamentos (nota 13);
- Debêntures privadas (nota 13);
- Contas a pagar – CCEE (nota 15); e
- Transações com partes relacionadas (nota 24).

b.2) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2025 e de 2024.

2.4 Pronunciamentos novos ou alterados

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes.

A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes.

A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2

Pronunciamentos

Principais aspectos

IFRS S1

Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos

IFRS S2

Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

A resolução CVM 193/23 com alterações introduzidas pela resolução CVM 210/24 estabelece a adoção voluntária destes relatórios, para os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Administração da Companhia realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, sendo obrigatória a divulgação em até 3 meses após o encerramento do exercício social.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. (EOL Pau Santo)*	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota 1: Em 15 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

3.2 Mercado Livre (ACL)

EÓLICO	Ref. Contrato	Resolução	Data da	Prazo da	Capacidade de
		ANEEL	resolução	autorização	produção instalada*
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Mercado Livre)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Mercado Livre)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Mercado Livre)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Mercado Livre)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Mercado Livre)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Mercado Livre)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Mercado Livre)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado Livre)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	ACL (Mercado Livre)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico (R\$)	Preço atualizado (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	196,69	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	212,59	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	208,10	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	193,70	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jaboticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	195,16	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	194,43	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	198,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	195,95	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	197,35	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	242,49	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	242,49	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	242,49	out-17	set-37	IPCA	outubro

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre de longo prazo, com fornecimento de energia que totaliza 99,8 MW médios (*) de energia contratada.

Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas no contrato de venda de energia foram reestabelecidas.

(*) informação não examinada pelos auditores independentes.

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais.

A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- b) Solar - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes solares.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais, desenvolvimento de projetos e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 31 de março de 2025 e 2024 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	31/03/2025					
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	61.201	-	89.032	-	(66.145)	84.088
Compromissos futuros marcação a mercado	(1)	-	19.595	-	-	19.594
Custos não gerenciáveis	(5.916)	-	(50)	-	-	(5.966)
Margem Bruta	55.284	-	108.577	-	(66.145)	97.716
Custos gerenciáveis	(48.458)	(92)	(98.173)	1.270	66.145	(79.308)
Depreciações e amortizações	(25.855)	-	-	(884)	-	(26.739)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	658	-	658
Receita financeira	3.345	-	223	148	-	3.716
Despesa financeira	(12.574)	(2.833)	(5.517)	(23.303)	(249)	(44.476)
Imposto de renda e contribuição social	(2.443)	-	(6.662)	-	-	(9.105)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(30.701)	(2.925)	(1.552)	(22.111)	(249)	(57.538)

	31/03/2025					
Ativos totais	2.467.640	34.441	496.591	135.687	26.507	3.160.866
Passivos totais	1.419.196	37.365	498.143	399.223	48.526	2.402.453

	31/03/2024					
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	41.047	-	33.583	-	(32.043)	42.587
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	(11.712)	-	-	(11.712)
Custos não gerenciáveis	(5.663)	-	(26)	-	-	(5.689)
Margem Bruta	35.384	-	21.845	-	(32.043)	25.186
Custos gerenciáveis	(51.229)	(28)	(9.268)	(3.702)	32.043	(32.184)
Depreciação	(22.596)	-	-	(836)	-	(23.432)
Receita financeira	363	-	132	17	-	512
Despesa financeira	(28.595)	-	(26)	(5.525)	(180)	(34.326)
Imposto de renda e contribuição social	(1.056)	-	3.384	-	-	2.328
Prejuízo líquido do período	(67.729)	(28)	16.067	(10.046)	(180)	(61.916)

	31/03/2024					
Ativos totais	2.516.761	6	290.720	129.038	214	2.936.739
Passivos totais	1.482.256	-	249.540	330.700	3.139	2.065.635

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa	7	19	47	72
Bancos conta movimento	85	203	1.713	663
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.072	15.989	99.383	143.480
Aplicações financeiras	21	22	4.044	5.168
Total	11.185	16.233	105.187	149.383
Apresentados como:				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	11.164	16.211	101.143	144.216
Aplicações financeiras	-	-	4.023	5.145
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras	21	22	21	22
Total	11.185	16.233	105.187	149.383

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 103,63% do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Comercialização Mercado livre	26.425	21.153
CCEE	27.639	27.645
Total	54.064	48.798

Os saldos em 31 de março de 2025 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
IRRF a compensar	600	543	797	857
IRPJ Estimativa a Compensar	-	-	69	69
Saldo negativo de IRPJ a compensar	203	198	1.197	1.901
CSLL Estimativa a Compensar	-	-	27	27
COFINS a recuperar	-	-	5.306	3.924
PIS a recuperar	-	-	1.166	866
ICMS a recuperar	-	-	5.544	4.786
Outros tributos a compensar	108	99	149	149
Total	911	840	14.254	12.579

Em 31 de março de 2025, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2026.

9. Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024
PCH		
Renova PCH LTDA.	-	(4)
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	772.774	844.480
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	3.800	2.356
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	(1.528)	922
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	3.301	(3.304)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	2.292	(3.174)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	6.354	7.402
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(1.538)	796
Centrais Eólicas Tingui S.A.	4.029	237
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	(2.250)	159
Centrais Eólicas Macambira S.A.	2.768	(3.701)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	2.565	(3.401)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	2.956	4.402
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(2.641)	(4.384)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	6.468	5.705
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.976	5.308
Centrais Eólicas Ico S.A.	1.524	(2.143)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(664)	596
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	34	10
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(745)	(1.164)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(2.471)	128
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	(1.873)	644
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	29.799	31.847
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	88.343	93.898
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	151	179
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	13.933
Outras participações ⁽¹⁾	2.756	2.757
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A.	12.866	14.410
Total	948.979	1.008.894



	Empresas	Controladora	
		31/03/2025	31/12/2024
Apresentados como:			
Ativo			
Investimento		962.691	1.029.986
Passivo			
Provisão para perda sobre investimento		(13.712)	(21.092)
Total		<u>948.979</u>	<u>1.008.894</u>

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$13.712 (R\$21.092, em 31 de dezembro de 2024).



9.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH LTDA.	37.540.023	99,99	374	-	4	37.540.023	100	374	(4)	(4)
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	2.529.525.528	99,99	2.178.575	772.774	(54.172)	2.529.525.528	99,99	2.178.575	844.480	(166.364)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	20.231.307	99,99	20.231	3.800	1.444	20.231.307	99,99	20.231	2.356	(34)
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	9.982.985	99,99	9.983	(1.528)	(2.450)	9.982.985	99,99	9.983	922	221
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	17.702.074	99,99	17.702	3.301	6.604	17.702.074	99,99	17.702	(3.304)	(76)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	24.131.998	99,99	24.132	2.292	5.467	24.131.998	99,99	24.132	(3.174)	(241)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	25.966.848	99,99	25.967	6.354	(1.048)	25.966.848	99,99	25.967	7.402	(52)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	8.835.276	99,99	8.835	(1.538)	(2.334)	8.835.276	99,99	8.835	796	(74)
Centrais Eólicas Tingui S.A.	22.091.777	99,99	22.092	4.029	3.792	22.091.777	99,99	22.092	237	(60)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	6.136.102	99,99	6.136	(2.250)	(2.409)	6.136.102	99,99	6.136	159	(113)
Centrais Eólicas Macambira S.A.	18.058.590	99,99	18.059	2.768	6.472	18.058.590	99,99	18.059	(3.701)	(149)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	16.927.495	99,99	16.927	2.565	5.965	16.927.495	99,99	16.927	(3.401)	(103)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	19.150.067	99,99	19.150	2.956	(1.446)	19.150.067	99,99	19.150	4.402	20
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	12.704.141	99,99	12.704	(2.641)	1.743	12.704.141	99,99	12.704	(4.384)	(141)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	20.674.275	99,99	20.674	6.468	763	20.674.275	99,99	20.674	5.705	(60)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	21.292.462	99,99	21.292	5.976	667	21.292.462	99,99	21.292	5.308	20
Centrais Eólicas Ico S.A.	13.672.434	99,99	13.672	1.524	3.667	13.672.434	99,99	13.672	(2.143)	(74)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	10.141.796	99,99	10.142	(664)	(1.769)	10.141.796	99,99	10.142	596	(110)

Informações

Trimestrais



Companhia	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	31/03/2025		31/12/2024		Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)			
Eólico										
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	7.702.113	99,99	7.702	34	25	7.702.113	99,99	7.702	10	(38)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	4.954.631	99,99	4.955	(745)	(444)	4.954.631	99,99	4.955	(1.164)	(37)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	2.975.552	99,99	2.976	(2.471)	(2.599)	2.975.552	99,99	2.976	128	(121)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	3.996.006	99,99	3.996	(1.873)	(2.518)	3.996.006	99,99	3.996	644	32
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	55.967.945	99,99	28.745	29.799	(2.999)	55.967.945	99,99	28.745	31.847	(474)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	12.731.271.885	99,99	81.285	88.343	4.113	12.731.271.885	99,99	81.285	93.898	6.405
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	245.313.150	99,99	245.313	151	(105)	245.313.150	99,99	245.313	179	(70)
Renovapar S.A.	235.681	100,00	236	-	-	235.681	100,00	236	-	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.937.880	99,99	12.938	13.933	-	12.937.880	99,99	12.938	13.933	(1)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	2.756	(64)	-	-	-	2.757	(31)
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A.	528.874.109	100,00	528.874	12.866	(1.557)	528.874.109	100,00	528.874	14.410	(29.828)

Companhia	31/03/2025					31/12/2024				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Fotovoltaica										
UFV Maracujá Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Gregal Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Lagoa Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Tambora Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Vatra Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Cachoeira Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Fotiá Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Morrinhos Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Iracema Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Azufre Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Junco Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Carabas Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
UFV Quixaba Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	100	-	-
				<u>948.979</u>	<u>(35.178)</u>				<u>1.008.894</u>	<u>(191.558)</u>



9.3 Movimentação dos investimentos (controladora)

Companhia	31/12/2024	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Redução de Capital	Resgate de ações	Recebimento de dividendos	31/03/2025
PCH								
Renova PCH LTDA.	(4)	-	-	4	-	-	-	-
Eólico								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	844.480	-	-	(54.172)	-	(17.535)	-	772.773
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	2.356	-	-	1.444	-	-	-	3.800
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	922	-	-	(2.450)	-	-	-	(1.528)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(3.304)	-	-	6.604	-	-	-	3.300
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(3.174)	-	-	5.467	-	-	-	2.293
Centrais Eólicas Conquista S.A.	7.402	-	-	(1.048)	-	-	-	6.354
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	796	-	-	(2.334)	-	-	-	(1.538)
Centrais Eólicas Tingui S.A.	237	-	-	3.792	-	-	-	4.029
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	159	-	-	(2.409)	-	-	-	(2.250)
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(3.701)	-	-	6.472	-	-	-	2.771
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(3.401)	-	1	5.965	-	-	-	2.565
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	4.402	-	-	(1.446)	-	-	-	2.956
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(4.384)	-	-	1.743	-	-	-	(2.641)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	5.705	-	-	763	-	-	-	6.468
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.308	-	-	667	-	-	-	5.975
Centrais Eólicas Ico S.A.	(2.143)	-	-	3.667	-	-	-	1.524

Informações

Trimestrais



Eólico									
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	596	-	509	(1.769)	-	-	-	(664)	
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	10	-	-	25	-	-	-	35	
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(1.164)	-	863	(444)	-	-	-	(745)	
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	128	-	-	(2.599)	-	-	-	(2.471)	
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	644	-	1	(2.518)	-	-	-	(1.873)	
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	31.847	-	950	(2.999)	-	-	-	29.798	
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	93.898	-	-	4.113	-	-	(9.667)	88.344	
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	179	-	77	(105)	-	-	-	151	
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	-	-	-	-	-	-	13.933	
Outras participações	2.757	-	64	(64)	-	-	-	2.757	
Comercialização									
Renova Comercializadora de Energia S.A.	14.410	-	-	(1.547)	-	-	-	12.863	
Total	1.008.894	-	2.465	(35.178)	-	(17.535)	(9.667)	948.979	

Informações

Trimestrais



Companhia	31/12/2023	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	31/03/2024
Eólico						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.018.984	-	-	(44.468)	-	974.516
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	2.390	-	-	(31)	-	2.359
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	701	-	-	(37)	-	664
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(3.228)	-	-	(12)	-	(3.240)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(2.936)	-	-	(26)	-	(2.962)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	7.454	-	-	11	-	7.465
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	870	-	-	-	-	870
Centrais Eólicas Tingui S.A.	297	-	-	(18)	-	279
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	272	-	-	(1)	-	271
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(3.552)	-	-	(25)	-	(3.577)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(3.364)	-	36	(29)	-	(3.357)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	4.382	-	-	(6)	-	4.376
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(4.243)	-	-	(25)	-	(4.268)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	5.765	-	-	9	-	5.774
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.288	-	-	6	-	5.294
Centrais Eólicas Ico S.A.	(2.069)	-	-	(21)	-	(2.090)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(1.446)	-	-	(19)	-	(1.465)
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	48	-	-	(16)	-	32
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(1.127)	-	-	(15)	-	(1.142)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	249	-	-	(1)	-	248
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	612	-	36	(14)	-	634
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	25.137	-	1.528	(61)	-	26.604
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	100.853	-	-	(753)	-	100.100
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(3.701)	-	84	(123)	-	(3.740)
SF 120 Participações Societárias S.A.	11.469	-	1	(1)	-	11.469
Outras participações	(26)	-	60	(27)	-	7
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	44.238	-	-	(5.987)	-	38.251
Total	1.203.317	-	1.745	(51.690)	-	1.153.372

10. Imobilizado

10.1. Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	31/03/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.692)	-	22.692	(22.692)	-
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.737)	3	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.444)	80	2.524	(2.436)	88
		<u>28.956</u>	<u>(28.873)</u>	<u>83</u>	<u>28.956</u>	<u>(28.857)</u>	<u>99</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.305)	51	5.356	(5.297)	59
Benfeitorias	4%	854	(291)	563	854	(282)	572
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.549)	188	3.737	(3.531)	206
Equipamento de informática	20%	4.456	(4.071)	385	4.446	(4.033)	413
		<u>14.708</u>	<u>(13.515)</u>	<u>1.193</u>	<u>14.698</u>	<u>(13.442)</u>	<u>1.256</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>43.664</u>	<u>(42.388)</u>	<u>1.276</u>	<u>43.654</u>	<u>(42.299)</u>	<u>1.355</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		59.433	-	59.433	111.481	-	111.481
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Torres de medição		2	-	2	1.180	-	1.180
Equipamentos de subestação		1.924	-	1.924	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		28	-	28	-	-	-
Terrenos		55.703	-	55.703	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		481	-	481	559	-	559
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(4.669)	-	(4.669)	(4.669)	-	(4.669)
Total do imobilizado em curso		<u>113.964</u>	<u>-</u>	<u>113.964</u>	<u>109.663</u>	<u>-</u>	<u>109.663</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		32.575	(26.129)	6.446	30.751	(25.333)	5.418
Total do imobilizado em curso		<u>32.575</u>	<u>(26.129)</u>	<u>6.446</u>	<u>30.751</u>	<u>(25.333)</u>	<u>5.418</u>
Total imobilizado		<u>190.203</u>	<u>(68.517)</u>	<u>121.686</u>	<u>184.068</u>	<u>(67.632)</u>	<u>116.436</u>

10.2. Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2024	Adições	Reclassificações	Baixa	31/03/2025
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.446	10	-	-	4.456
	<u>14.698</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.708</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.654</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.664</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.692)	-	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.729)	-	-	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.436)	-	-	-	(2.436)
	<u>(28.857)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.857)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.297)	(24)	-	-	(5.321)
Benfeitorias	(282)	(9)	-	-	(291)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(18)	-	-	(3.549)
Equipamento de informática	(4.033)	(38)	-	-	(4.071)
	<u>(13.442)</u>	<u>(89)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.531)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(42.299)</u>	<u>(89)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.388)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.355</u>	<u>(79)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.276</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	111.481	3.962	(53.798)	(2.162)	59.483
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Torres de medições	1.180	1	(1.179)	-	2
Equipamentos de subestação	-	2.206	1.179	(1.461)	1.924
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	28	-	-	28
Terrenos	50	1.805	53.798	-	55.653
Adiantamentos a fornecedores	559	396	-	(474)	481
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>109.663</u>	<u>8.398</u>	<u>-</u>	<u>(4.097)</u>	<u>113.964</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	30.751	1.990	-	(167)	32.574
(-) Amortização contratos de arrendamento	(25.333)	(795)	-	-	(26.128)
	<u>5.418</u>	<u>1.195</u>	<u>-</u>	<u>(167)</u>	<u>6.446</u>
Total do imobilizado	<u>116.436</u>	<u>9.514</u>	<u>-</u>	<u>(4.264)</u>	<u>121.686</u>

	31/12/2023	Adições	Transferência de ativos mantidos para venda	Baixa	31/03/2024
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.147	6	-	(1.854)	299
Softwares	3.678	4	-	-	3.682
Equipamento de informática	4.297	30	-	-	4.327
	<u>16.332</u>	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>(1.854)</u>	<u>14.518</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>45.288</u>	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>(1.854)</u>	<u>43.474</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.691)	(1)	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.697)	(8)	-	-	(3.705)
Equipamentos de torres	(2.406)	(10)	-	-	(2.416)
	<u>(28.794)</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.813)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.133)	(47)	-	-	(5.180)
Benfeitorias	(248)	(9)	-	-	(257)
Móveis e utensílios	(2.057)	(13)	-	1.773	(297)
Softwares	(3.459)	(18)	-	-	(3.477)
Equipamento de informática	(3.877)	(39)	-	-	(3.916)
	<u>(14.774)</u>	<u>(126)</u>	<u>-</u>	<u>1.773</u>	<u>(13.127)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(43.568)</u>	<u>(145)</u>	<u>-</u>	<u>1.773</u>	<u>(41.940)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.720</u>	<u>(105)</u>	<u>-</u>	<u>(81)</u>	<u>1.534</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	113.309	2.132	-	-	115.441
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Torres de medições	386	396	-	-	782
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	575	(410)	-	-	165
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>110.713</u>	<u>2.118</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>112.831</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	27.250	180	262	-	27.692
(-) Amortização contratos de arrendamento	(22.335)	(706)	-	-	(23.041)
	<u>4.915</u>	<u>(526)</u>	<u>262</u>	<u>-</u>	<u>4.651</u>
Total do imobilizado	<u>117.348</u>	<u>1.487</u>	<u>262</u>	<u>(81)</u>	<u>119.016</u>

10.3. Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	31/03/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	175	(9)	166	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5%	2.176.735	(219.216)	1.957.519	2.173.782	(197.968)	1.975.814
Móveis e utensílios	10%	908	(21)	887	-	-	-
Equipamento de informática	17%	19	(2)	17	-	-	-
Torres de medição	20%	25.215	(22.767)	2.448	25.137	(24.138)	999
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.737)	3	3.740	(3.729)	11
Aerogeradores	5%	20.947	(1.605)	19.342	-	-	-
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.444)	80	2.524	(2.436)	88
Provisão para Desmantelamento		22.242	(2.431)	19.811	22.242	(2.203)	20.039
		<u>2.252.505</u>	<u>(252.232)</u>	<u>2.000.273</u>	<u>2.227.425</u>	<u>(230.474)</u>	<u>1.996.951</u>
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	21.418	(12.378)	9.040	21.418	(12.211)	9.207
Máquinas e equipamentos	4%	551.403	(30.377)	521.026	551.403	(26.266)	525.137
Móveis e utensílios	6%	146	(19)	127	1.054	(19)	1.035
		<u>577.329</u>	<u>(42.774)</u>	<u>534.555</u>	<u>578.237</u>	<u>(38.496)</u>	<u>539.741</u>
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	23.651	(1.433)	22.218	20.323	(1.311)	19.012
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(297.690)	-	(297.690)	(297.690)	-	(297.690)
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.303)	53	5.356	(5.295)	61
Benfeitorias	4%	854	(291)	563	854	(282)	572
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.549)	188	3.737	(3.531)	206
Equipamento de informática	20%	4.456	(4.071)	385	4.465	(4.033)	432
		<u>14.708</u>	<u>(13.513)</u>	<u>1.195</u>	<u>14.717</u>	<u>(13.440)</u>	<u>1.277</u>
Estoques							
Almoxarifado geral		31.755	-	31.755	28.576	-	28.576
Total do imobilizado em serviço		<u>2.602.258</u>	<u>(309.952)</u>	<u>2.292.306</u>	<u>2.571.588</u>	<u>(283.721)</u>	<u>2.287.867</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		305.051	-	305.051	361.037	-	361.037
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		62.060	-	62.060	3.208	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.707	-	32.707	32.435	-	32.435
Móveis e utensílios		-	-	-	-	-	-
Torres de medição		1.146	-	1.146	2.583	-	2.583
Aerogeradores		24.221	-	24.221	44.861	-	44.861
Módulos e inversores		1.614	-	1.614	1.613	-	1.613
Equipamentos de subestação		22.762	-	22.762	25.839	-	25.839
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	1.024	-	1.024
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(240.297)	-	(240.297)	(240.297)	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso		<u>210.326</u>	<u>-</u>	<u>210.326</u>	<u>233.365</u>	<u>-</u>	<u>233.365</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		54.542	(30.828)	23.714	52.123	(29.782)	22.341
Transferência para ativos mantidos para venda		-	-	-	-	-	-
Total direito de uso		<u>54.542</u>	<u>(30.828)</u>	<u>23.714</u>	<u>52.123</u>	<u>(29.782)</u>	<u>22.341</u>
Total imobilizado		<u>2.867.126</u>	<u>(340.780)</u>	<u>2.526.346</u>	<u>2.857.076</u>	<u>(313.503)</u>	<u>2.543.573</u>

10.4. Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2025
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	175	175
Máquinas e equipamentos	2.173.782	-	-	2.953	2.176.735
Móveis e utensílios	-	-	-	908	908
Equipamento de informática	-	-	-	19	19
Aerogeradores	-	-	-	20.947	20.947
Torres de medição	25.137	-	-	78	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	<u>2.227.425</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.080</u>	<u>2.252.505</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	4.362	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	1.054	-	-	(908)	146
	<u>578.237</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(908)</u>	<u>577.329</u>
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	20.323	-	-	3.328	23.651
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	<u>(297.690)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(297.690)</u>
	<u>2.528.295</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.500</u>	<u>2.555.795</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	10	-	(19)	4.456
	<u>14.717</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>(19)</u>	<u>14.708</u>
Estoques					
Almoxarifado geral	28.576	3.179	-	-	31.755
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>2.571.588</u>	<u>3.189</u>	<u>-</u>	<u>27.481</u>	<u>2.602.258</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7)	(2)	-	-	(9)
Máquinas e equipamentos	(197.955)	(21.261)	-	-	(219.216)
Móveis e utensílios	(5)	(16)	-	-	(21)
Equipamento de informática	(1)	(1)	-	-	(2)
Torres de medição	(24.138)	(1)	-	1.372	(22.767)
Aerogeradores	-	(233)	-	(1.372)	(1.605)
Equipamentos de medição	(3.729)	(8)	-	-	(3.737)
Equipamentos de torres	(2.436)	(8)	-	-	(2.444)
Provisão para Desmantelamento	(2.203)	(229)	-	-	(2.432)
	<u>(230.474)</u>	<u>(21.759)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(252.233)</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.211)	(167)	-	-	(12.378)
Máquinas e equipamentos	(26.266)	(4.111)	-	-	(30.377)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	(19)
	<u>(38.496)</u>	<u>(4.278)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.774)</u>

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2025
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(1.311)	(105)	-	-	(1.416)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.295)	(25)	-	1	(5.319)
Benfeitorias	(282)	(9)	-	-	(291)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(18)	-	-	(3.549)
Equipamento de informática	(4.033)	(38)	-	-	(4.071)
	<u>(13.440)</u>	<u>(90)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(13.529)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(283.721)</u>	<u>(26.232)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(309.952)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.287.867</u>	<u>(23.043)</u>	<u>-</u>	<u>27.482</u>	<u>2.292.306</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	361.037	3.447	(2.224)	(57.160)	305.100
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	3.208	1.868	-	56.935	62.011
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.435	506	(58)	(176)	32.707
Torres de medição	2.583	1	-	(1.438)	1.146
Aerogeradores	44.861	1.961	(1.655)	(20.946)	24.221
Módulos e inversores	1.613	1	-	-	1.614
Equipamentos de subestação	25.839	2.555	(1.641)	(3.991)	22.762
Adiantamentos a fornecedores	1.024	422	(736)	(710)	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	<u>233.365</u>	<u>10.761</u>	<u>(6.314)</u>	<u>(27.486)</u>	<u>210.326</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	52.123	2.679	(270)	10	54.542
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(1.289)	(150)	-	-	(1.439)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(28.493)	(898)	-	2	(29.389)
Total direito de uso	<u>22.341</u>	<u>1.631</u>	<u>(270)</u>	<u>12</u>	<u>23.714</u>
Total do imobilizado	<u>2.543.573</u>	<u>(10.651)</u>	<u>(6.584)</u>	<u>8</u>	<u>2.526.346</u>

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas1	31/03/2024
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Máquinas e equipamentos	1.612.787	-	-	-	1.612.787
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	1.663.985	-	-	-	1.663.985
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	10.086	-	-	-	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	42.410	-	-	-	42.410
Máquinas e equipamentos	1.090.501	-	-	-	1.090.501
Móveis e utensílios	293	-	-	-	293
	1.143.290	-	-	-	1.143.290
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	14.967	-	-	-	14.967
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
	2.524.552	-	-	-	2.524.552
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.147	6	(1.854)	-	299
Softwares	3.678	4	-	-	3.682
Equipamento de informática	4.297	32	-	-	4.329
	16.332	42	(1.854)	-	14.520
Estoques					
Almoxarifado geral	25.628	933	(23)	-	26.538
Total do imobilizado em serviço - custo	2.566.512	975	(1.877)	-	2.565.610
(-) Depreciação					
Geração					
Máquinas e equipamentos	(91.019)	(15.525)	-	(97)	(106.641)
Torres de medição	(22.691)	-	-	(1)	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.697)	-	-	(8)	(3.705)
Equipamentos de torres	(2.406)	-	-	(7)	(2.413)
Provisão para Desmantelamento	(1.316)	(154)	-	-	(1.470)
	(121.129)	(15.679)	-	(113)	(136.921)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.269)	(349)	-	-	(2.618)
Máquinas e equipamentos	(45.525)	(6.747)	-	-	(52.272)
Móveis e utensílios	(30)	(4)	-	-	(34)
	(47.824)	(7.100)	-	-	(54.924)
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(580)	(101)	-	-	(681)

	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2024
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.134)	(45)	-	-	(5.179)
Benfeitorias	(248)	(9)	-	-	(257)
Móveis e utensílios	(2.057)	(16)	1.776	-	(297)
Softwares	(3.459)	(18)	-	-	(3.477)
Equipamento de informática	(3.877)	(39)	-	-	(3.916)
	<u>(14.775)</u>	<u>(127)</u>	<u>1.776</u>	<u>-</u>	<u>(13.126)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(184.308)</u>	<u>(23.007)</u>	<u>1.776</u>	<u>(113)</u>	<u>(205.652)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.382.204</u>	<u>(22.032)</u>	<u>(101)</u>	<u>(113)</u>	<u>2.359.958</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	356.320	2.274	-	-	358.594
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	3.208	-	-	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.160	-	-	-	32.160
Torres de medição	1.608	395	-	-	2.003
Aerogeradores	38.535	428	-	10	38.973
Módulos e inversores	1.805	35	-	-	1.840
Equipamentos de subestação	23.844	54	-	-	23.898
Adiantamentos a fornecedores	323	(149)	-	-	174
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	<u>218.568</u>	<u>3.037</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>221.615</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	46.520	438	87	-	47.045
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(706)	-	262	-	(444)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	<u>(24.585)</u>	<u>(913)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.498)</u>
Total direito de uso	<u>21.229</u>	<u>(475)</u>	<u>349</u>	<u>-</u>	<u>21.103</u>
Total do imobilizado	<u>2.622.001</u>	<u>(19.470)</u>	<u>248</u>	<u>(103)</u>	<u>2.602.676</u>

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no período.

10.5. Imobilizado em Serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

10.6. Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e solares, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

10.7. Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de março de 2025 o imobilizado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	15.556	-	15.556
LER 2013	5.169	-	5.169
LER 2014	1.309	-	1.309
	<u>22.034</u>	<u>-</u>	<u>22.034</u>
Alto Sertão III - Fase B ⁽¹⁾			
ACL (Light II)	80.194	(34.403)	45.791
ACL (Mercado livre II)	26.719	(21.753)	4.966
	<u>106.914</u>	<u>(56.156)</u>	<u>50.758</u>
Outros			
Solar	13.939	-	13.939
Outras imobilizações em curso ⁽²⁾	128.264	(4.669)	123.595
Total do imobilizado em curso	<u>271.151</u>	<u>(60.825)</u>	<u>210.326</u>

Nota 1: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação foi finalizada em 11 de dezembro de 2023, conforme ofício nº 1159/2023-SCE/ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos.

Nota 2: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e solares, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.

10.8. Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e projetos fotovoltaicos periodicamente. Após revisão de seu portfólio, a Companhia concluiu que em 31 de março de 2025 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

10.9. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia atualmente revisa as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas futuros projetados dos projetos, considerando uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (*WACC*), e a direção da Companhia entende que não há necessidade de reversão ou novas provisões.

Em 31 de março de 2025 o grupo identificou evidências de complemento do valor recuperável do ativo imobilizado.

10.10. Bens dados como garantia

A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.683.756, conforme Nota 13.

10.11. Desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

11. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas identificaram 1090 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 143 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 947 aos parques eólicos em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	31/03/2025		31/03/2025	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo				
Não circulante				
Imobilizado				
Direito de uso do ativo arrendado	32.575	54.542		
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(26.129)	(30.828)		
	<u>6.446</u>	<u>23.714</u>		
Passivo				
Circulante				
Arrendamentos a pagar	1.556	4.367		
(-) Ajuste a valor presente	(1.073)	(3.321)		
Total do passivo circulante	<u>483</u>	<u>1.046</u>		
Não circulante				
Arrendamentos a pagar	17.204	66.483		
(-) Ajuste a valor presente	(7.752)	(40.816)		
Total do passivo não circulante	<u>9.452</u>	<u>25.667</u>		
Passivo total	<u><u>9.935</u></u>	<u><u>26.713</u></u>		
Ativo total	<u><u>6.446</u></u>	<u><u>23.714</u></u>		

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Amortização direito de uso	-	150
Amortização direito de uso	795	898
Juros sobre obrigação de arrendamento	543	945
Total	<u>1.338</u>	<u>1.993</u>

Em 31 de março de 2025, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Mês e ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
Circulante		
mar/2025 a fev/2025	3.321	4.367
Não circulante		
mar/2026 a fev/2027	4.761	7.908
mar/2027 a fev/2028	5.210	7.708
mar/2028 a fev/2029	4.292	7.539
mar/2029 a fev/2030	4.028	7.444
mar/2030 a fev/2034	4.643	8.159
mar/2034 a fev/2039	5.339	6.912
mar/2039 a fev/2044	4.339	6.912
mar/2044 a fev/2049	2.771	5.889
mar/2049 a fev/2054	3.319	5.702
mar/2054 a fev/2060	2.115	2.307
Total	<u>44.137</u>	<u>70.850</u>

12. Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	9.671	18.764	53.060	55.743
Fornecedores recuperação judicial	33.194	17.562	261.106	270.041
	<u>42.865</u>	<u>36.326</u>	<u>314.166</u>	<u>325.784</u>
Apresentados como:				
Circulante	11.166	19.688	67.357	65.404
Não circulante	31.699	16.638	246.809	260.380
Total	<u>42.865</u>	<u>36.326</u>	<u>314.166</u>	<u>325.784</u>

Em 31 de março de 2025 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$33.194 (controladora) Classe III. No consolidado o total é R\$261.106, sendo Classe III.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor, (i) declarou que é titular de créditos contra a Companhia no montante de R\$58.182 (em 31 de dezembro de 2024, a ser atualizado nos termos dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia) conforme explicado na nota explicativa 1.2

Em continuidade ao fato relevante divulgados em 21 de outubro de 2024 a companhia, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (Investidor) é titular de créditos contra a Renova, bem como é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia. Após devida consulta ao Investidor, o Investidor esclareceu que os créditos de sua titularidade, no montante de R\$58.182, decorrem da aquisição de crédito quirografário.



13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

13.1. Consolidado

	Consolidado									
	31/03/2025					31/12/2024				
	Circulante		Não circulante		Total geral	Circulante		Não circulante		Total geral
	Custo da Dívida									
	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Principal	Total
BNDES ^(13.5.a)	100% CDI ^a	5.327	-	5.327	360.464	8.221	-	8.221	357.164	365.385
JIVE MAUA RB ^(13.5.b)	100% CDI ^a	6.360	-	6.360	134.933	6.186	-	6.186	134.933	141.119
JIVE MAUA RG ^(13.5.b)	100% CDI ^a	13.221	-	13.221	280.500	12.859	-	12.859	280.500	293.359
Banco Itaú ^(13.5.b)	100% CDI ^a	2.207	-	2.207	156.875	3.576	-	3.576	155.379	158.955
Citibank ^(13.5.b)	100% CDI ^a	2.542	-	2.542	104.677	2.409	-	2.409	104.677	107.086
Banco ABC ^(13.5.a)	100% CDI ^a	1.508	-	1.508	62.152	1.431	-	1.431	62.152	63.583
Citibank ^(13.5.b)	100% CDI ^a	793	-	793	32.590	752	-	752	32.590	33.342
Banco Itaú ^(13.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	8	227	235	3.738	22	227	249	3.851	4.100
JIVE MAUA RB ^(13.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	3	76	79	1.251	7	76	83	1.288	1.371
JIVE MAUA RG ^(13.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	5	158	163	2.600	15	157	172	2.677	2.849
Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾	-	(1.635)	(1.635)	(24.712)	(26.347)	-	(2.247)	(2.247)	(24.712)	(26.959)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		31.974	(1.174)	30.800	1.115.068	35.478	(1.787)	33.691	1.110.499	1.144.190

(i) Em outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de março de 2025 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$1.145.868, sendo, R\$1.130.765 da Classe II, R\$314.895 da Classe III e R\$33.383 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.2.



13.2. Controladora

13.2.1. Empréstimo

		31/03/2025					
		Circulante			Não circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Total geral</u>
Citibank ^(13.5.b)	100% CDI ^a	793	-	752	32.590	32.590	33.383
Custo da dívida ⁽ⁱ⁾		-	(47)	(47)	(709)	(709)	(756)
Total de empréstimos		793	(47)	746	31.881	31.881	32.627

		31/12/2024					
		Circulante			Não circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Total geral</u>
Citibank ^(13.5.b)	100% CDI ^a	752	-	752	32.590	32.590	33.342
Custo da dívida ⁽ⁱ⁾		-	(64)	(64)	(709)	(709)	(773)
Total de empréstimos		752	(64)	688	31.881	31.881	32.569

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

a) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

13.2.2. Debêntures privadas

		Não circulante					
		31/03/2025			31/12/2024		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas	TR + 0,5% a.a.	1.310	51.186	52.496	1.527	52.229	53.756

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pelas controladas do Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:

<u>Data</u>	<u>Subscritor</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 31/03/2025</u>
05/04/2021	Fase B	8 ^a	50.379	06/04/2026	44.372
03/09/2021	Fase B	10 ^a	9.428	03/09/2026	8.124
			59.807		52.496



13.3. Movimentação

a) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.755	2.803	30.558	976.799	97.827	1.074.626
Provisão dos encargos financeiros	-	3.327	3.327	-	115.983	115.983
Encargos financeiros pagos	-	(543)	(543)	-	(19.076)	(19.076)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(383)	(383)
Incorporação de juros ao principal	408	(408)	-	154.446	(154.446)	-
Apropriação de custos de captações	-	408	408	-	408	408
Adição dos custos de captação	3.654	(4.835)	(1.181)	(22.533)	(4.835)	(27.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.817	752	32.569	1.108.712	35.478	1.144.190
Provisão dos encargos financeiros	-	984	984	-	34.070	34.070
Encargos financeiros pagos	-	(943)	(943)	-	(33.004)	(33.004)
Incorporação de juros ao principal	-	-	-	4.570	(4.570)	-
Apropriação de custos de captações	17	-	17	612	-	612
Saldos em 31 de março de 2025	31.834	793	32.627	1.113.894	31.974	1.145.868

b) A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Passivo		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.229	1.527	53.756
Encargos financeiros provisionados	-	249	249
Amortização	(1.043)	-	(1.043)
Encargos financeiros pagos	-	(466)	(466)
Saldos em 31 de março de 2025	51.186	1.310	52.496

13.4. Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.2):

Vencimento	31/03/2025	
	Controladora	Consolidado
Set/2025 a agosto/2026	326	16.281
Set/2026 a agosto/2027	828	29.331
Set/2027 a agosto/2028	1.193	42.062
Set/2028 a agosto/2029	1.776	62.750
Set/2029 a agosto/2036	28.467	989.356
Total	32.590	1.139.780

13.5. Resumo dos contratos

a) BNDES (empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II). São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

b) Outros empréstimos – capital de giro

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.895 restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.193, bem como um saldo no valor de R\$15.289 (Nota 17) perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

No início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JIVE. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas.

Com a venda dos créditos do Banco Bradesco para a gestora JIVE, a parcela com vencimento em 15 de agosto de 2024 da Classe III, foi paga ao novo detentor desses créditos, sem qualquer alteração no fluxo de pagamento ou nas taxas acordadas no plano de recuperação judicial (Classe III).

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor, (i) declarou que é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia no montante de R\$469.963 (em 31 de dezembro de 2024, a ser atualizado nos termos dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia), em todos os casos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, garantias ou restrições de qualquer natureza (em conjunto, “Créditos”) ; e (ii) manifestou seu compromisso na capitalização dos Créditos, conforme devidamente atualizados e disponíveis na data de homologação do Aumento de Capital pelo Conselho de Administração da Companhia, no âmbito do Aumento de Capital (“Capitalização dos Créditos”), explicado na nota explicativa 1.2.

Em continuidade ao fato relevante divulgados em 21 de outubro de 2024 a companhia, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (Investidor) é titular de créditos contra a Renova, bem como é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia. Após devida consulta ao Investidor, o Investidor esclareceu que os créditos de sua titularidade, no montante de R\$ 469 milhões, decorrem de créditos concursais devidamente reconhecidos no quadro geral de credores da Companhia.



Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

Conforme previsto nos planos de recuperação judicial, o saldo dos créditos extraconcursais do Citibank serão reajustados a 100% (cem por cento) do CDI, com amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos créditos dos credores com Garantia Real (Classe II).

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
IRPJ a pagar	-	-	1.438	1.977
CSLL a pagar	-	-	961	1.185
COFINS a recolher	305	299	1.676	1.652
PIS a recolher	66	65	363	358
Tributos sobre folha de pagamento	1.707	1.416	2.034	1.739
Tributos retidos de terceiros	289	599	724	1.289
Tributos sobre operações de mútuo	262	277	629	644
ICMS a recolher	55	25	419	444
TOTAL	2.684	2.681	8.244	9.288

Os saldos de PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.



15. Contas a pagar – CCEE

	Passivo	
	31/03/2025	31/12/2024
CCEE		
Circulante	178.767	159.834
Não circulante	74.485	71.413
Total	253.252	231.247

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$31.498 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

15.1. Movimentação

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2024	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação	31/03/2025
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	103.841	19.863	-	1.117	(16.890)	107.931
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	95.679	-	-	1.254	16.890	113.823
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	31.727	-	(519)	290	-	31.498
Total do passivo	231.247	19.863	(519)	2.661	-	253.252

	31/12/2023	Resultado	Amortização	Atualização		31/03/2024
Ressarcimento CCEE	73.321	25.149	(14.311)	-		84.159
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	32.426	-	(1.127)	104		31.403
Total do passivo	105.747	25.149	(15.438)	104		115.562

- (i) Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.
- (ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados.

16. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	2.081	2.081	2.150	2.149
Não circulante	92.043	89.596	106.031	104.064
Total	94.124	91.677	108.181	106.213



Abertura de outros contas a pagar:

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
i) passivo com a CEMIG GT*.	92.719	90.272
ii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 13.5 (Classe III).	13.988	14.468
iii) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A.	11	11
iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2.	324	324
v) outros.	1.139	1.138
	<u>108.181</u>	<u>106.213</u>

Nota (*) Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	DIP 4	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	25/10/2019	
Valor	10.000	6.500	20.000	5.000	41.500
	100%DI + 1,083%	100%DI + 1,5%	100%DI + 1,5%	100%DI + 0,00%	
Atualização	a.a.	a.a.	a.a.	a.a.	
Vencimento	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	
Saldo em 31 de março de 2025	23.089	15.209	46.631	7.790	92.719

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de março de 2025, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$163.495 (em dezembro de 2024, R\$161.145), sendo R\$5.835 (em dezembro de 2024, R\$5.915) cíveis, R\$1.897 (em dezembro 2024, R\$2.456) trabalhistas, R\$123.720 (em dezembro de 2024, R\$120.791) fiscais, R\$750 (em dezembro de 2024, R\$690), administrativas e R\$31.293 (em dezembro de 2024 R\$31.293), regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 31 de março de 2025:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145
Adição ^(a)	66	426	2.929	72	-	3.493
Baixa ^(a)	(146)	(985)	-	(12)		(1.143)
SalDOS em 31 de março de 2025	5.835	1.897	123.720	750	31.293	163.495



	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.079	2.402	113.013	601	31.293	204.388
Atualização	671	290	7.818	204	-	8.983
Baixa ^(a)	(51.835)	(236)	(40)	(115)	-	(52.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145

(a) refere-se substancialmente a transferência do montante a pagar relacionados ao processo cível movido pela Light, detalhado no item (i) a seguir, para a rubrica de fornecedores.

Prováveis

Cíveis – as ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$4.153, registrados na rubrica de fornecedores referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, ações de rescisão contratual sendo bastante pulverizadas e quando encerradas serão pagas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

- i. Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso acerca da dosimetria da penalidade.

- ii. Fiscal – provisionado o valor de R\$120.678 decorrente do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais.

Após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, mantém-se em discussão em sede de Recurso Voluntário, cujo julgamento no CARF ocorreu em 21/02/2024, restando pendente a formalização do acórdão. Os advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Na controladora, o montante de R\$ 131.947 mil registrado em provisões para contingências refere-se a processos divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas. A diferença entre controladora e consolidado consiste nas provisões para processos de natureza regulatória, que totalizam R\$ 31.548 mil, resultando no montante de R\$ 163.495 mil apresentado na demonstração consolidada"

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$346.434 (31 de dezembro de 2024, R\$353.657), sendo R\$ 315.727 (31 de dezembro de 2024, R\$319.782) cíveis, R\$ 19.145 (31 de dezembro de 2024, R\$20.359) administrativas e R\$11.562 trabalhistas (31 de dezembro de 2024, R\$13.479), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de março de 2025.

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) Processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com arrendantes cujo montante total corresponde a R\$130.463 (R\$118.320, 31 de dezembro de 2024) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. A Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$185.262 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, ações de rescisão contratual e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

17.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Companhia informa que não há movimentação relevante nos Inquéritos Policiais relacionados à denominada Operação “E o Vento Levou”, tampouco na Ação Penal em curso perante a Justiça Federal de São Paulo. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na Ação Penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e os Inquéritos Policiais dizem respeito a situações pretéritas e pessoas físicas desvinculadas da atual administração da Renova Energia.

A Companhia está acompanhando os desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

A Companhia mantém seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem, contando com a Gerência de Governança Corporativa, sob a gestão da Diretoria Jurídica, que tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Aplicação de medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;

- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e ao Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal, conforme o caso;
- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar malware e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e
- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso *pipeline* de iniciativas:

- a) Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
- b) Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais).
- c) Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
- d) Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
- e) Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa,



transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

18. Compromissos futuros

Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No período findo em 31 de março de 2025, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou positivamente o lucro bruto no montante de R\$19.594, substancialmente por novos contratos firmados no período e atualização da curva de preços, (no período findo em 31 de março de 2024 impactou negativamente em R\$ 11.712 mil).

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos		
Circulante	192.195	63.415
Não circulante	241.663	213.868
	<u>433.858</u>	<u>277.283</u>
Passivos		
Circulante	(226.021)	(76.712)
Não circulante	(73.175)	(85.503)
	<u>(299.196)</u>	<u>(162.215)</u>
Total	<u>134.662</u>	<u>115.068</u>
	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Movimentação Compromissos futuros marcação a mercado		
Saldo inicial	115.068	167.561
Compromissos futuros marcação a mercado (resultado)	19.594	(11.712)
Saldo final	<u>134.662</u>	<u>155.849</u>
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(6.662)	3.982



19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total	% do Capital
	Quantidade	%	Quantidade	%	de ações	social total
Bloco de Controle ¹	26.328.648	21,11%	-	0,00%	26.328.648	10,55%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	12,12%	-	0,00%	15.115.371	6,06%
Caetité Participações S.A.	10.329.025	8,28%	-	0,00%	10.329.025	4,14%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,71%	-	0,00%	884.252	0,35%
Outros Acionistas	98.413.333	78,89%	124.741.975	100,00%	223.155.308	89,45%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	66.545.129	53,35%	68.107.270	54,60%	134.652.399	53,97%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	4,62%	4.527.141	3,63%	10.291.945	4,13%
BNDSPAR	696.683	0,56%	1.393.366	1,12%	2.090.049	0,84%
Caetité Participações S.A.	27.359	0,02%	406.795	0,33%	434.154	0,17%
Outros	25.379.358	20,35%	50.307.403	40,33%	75.686.761	30,34%
Total	124.741.981	100,00%	124.741.975	100,00%	249.483.956	100,00%

Nota 1: Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDSPAR.

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.



20. Receita líquida

	Consolidado			
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
	MWh*	MWh*		
Geração				
Receita gerada de energia elétrica			43.121	41.773
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(19.863)	(25.149)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	159.314	156.700	23.258	16.624
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica			73.367	31.926
			95.034	48.550
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(12.376)	(5.963)
Total			84.088	42.587

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

21. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Custo dos serviços		
Compra de energia ⁽¹⁾	50.094	2.903
Custo da operação		
Serviços de terceiros	9.845	12.564
Seguros	2.195	1.841
Material de uso e consumo	2.245	306
Penalidades contratuais e regulatórias	-	(35)
Outros custos	4	35
	14.334	14.711
Depreciações e amortizações	25.751	22.523
Encargos do uso do sistema de distribuição		
Tusd/Tust ⁽²⁾	5.329	5.054
Taxa de fiscalização	637	635
	5.966	5.689
Total	96.145	45.826

(1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.

(2) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao período anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos.



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	2.049	2.369	9.267	8.340
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(3.714)	22	3.619	2.796
Seguros	-	-	222	165
Telefonia e TI	(227)	(3)	463	615
Viagens	71	1	476	223
Impostos e taxas	327	341	697	933
Material de uso e consumo	(21)	2	148	134
Aluguéis e arrendamentos	(204)	23	54	354
Contingências cíveis e trabalhistas	200	821	200	821
Outras despesas	2	3	68	40
	(1.517)	3.579	15.214	14.421
Depreciações e amortizações	884	836	988	909
Outras receitas e despesas líquidas				
Outras receitas e despesas	247	123	(334)	149
	247	123	(334)	149
Total	(386)	4.538	15.868	15.479

(1) reversão de despesas

22. Resultado financeiro

	Nota explicativa	Acumulado de 12 meses			
		Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		328	9	3.843	470
Outras receitas financeiras		(155)	8	(81)	52
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira ⁽ⁱ⁾		(25)	-	(46)	(10)
Total das receitas financeiras		148	17	3.716	512
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(984)	(802)	(34.070)	(27.927)
Juros sobre debêntures	13	(249)	(117)	-	-
Juros - partes relacionadas	24	-	(35)	-	-
Encargos do DIP		(2.874)	-	(2.732)	-
Encargos PRJ Classe III ⁽ⁱⁱ⁾		(16.365)	(2.766)	(1.847)	(3.560)
Apropriação de custos de captações		(17)	-	(612)	-
Atualização monetária contencioso		(2.350)	(1.865)	(2.350)	(1.865)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(543)	(368)	(945)	(804)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(396)	(264)
IOF		-	(129)	(65)	(242)
Outras receitas (despesas) financeiras		(170)	377	(1.459)	336
Total das despesas financeiras		(23.552)	(5.705)	(44.476)	(34.326)
Total do resultado financeiro		(23.404)	(5.688)	(40.760)	(33.814)

(i) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas.

(ii) Os encargos registrados na controladora referem-se à realocação de saldos financeiros efetuada com o objetivo de evidenciar, de forma adequada, as obrigações de cada entidade do Grupo, sem impacto no resultado consolidado do Grupo.



23. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(57.538)	(61.916)	(48.433)	(64.244)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	19.563	21.051	16.467	21.843
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(1.680)	(1.816)	(1.788)	(1.903)
Resultado da equivalência patrimonial	(11.759)	(17.575)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(7.948)	(2.373)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(2.076)	1.669	4.586	(2.295)
Prejuízo fiscal e base negativa	(4.048)	(3.329)	(20.422)	(12.944)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	(9.105)	2.328
IR e CS Correntes	-	-	(3.064)	(1.791)
IR e CS Diferidos	-	-	(6.041)	4.119
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	(9.105)	2.328

A controladora não apurou lucro tributável nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro 2024 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) fiscal do período	(11.907)	(2.145)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	-	113.262
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(560.808)	(671.925)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(572.715)	(560.808)

Informações

Trimestrais



24. Transações com partes relacionadas

24.1. Controladora

Controladora

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Mútuo⁽¹⁾								
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	-	-	-	12	-	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	-	-	-	-	-	3	-	-
Centrais Eólicas Jataí S.A.	-	-	-	-	-	6	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
Centrais Eólicas Tabua S.A.	-	-	-	-	-	4	-	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	-	-	-	-	-	6	-	-
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.	-	-	-	1	(1)	20	-	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	-	-	-	1	-	15	-	-
Centrais Eólicas Angelin S.A.	-	-	-	1	-	8	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	-	-	-	104	-	99	-	-
Subtotal	-	-	-	107	(1)	175	-	-
Resgate de ações⁽²⁾								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	12.937	-	-	-	-	-	-	-
Rateio de despesa⁽³⁾								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	6.928	4.717	-	-	-	-	(2.272)	(9.700)
Controladas - LER 2013	(193)	2.150	-	-	-	-	(3.747)	(12.934)
Controladas - LER 2014	(283)	610	-	-	-	-	(1.063)	(3.668)
Controladas - ACL (Mercado Livre I)	5.590	7.386	-	-	-	-	(4.118)	(14.214)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	164	164	-	-	-	-	-	-
Subtotal	12.206	15.028	-	-	-	-	(11.200)	(40.516)

Informações

Trimestrais



	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
<u>Outros créditos⁽⁴⁾</u>								
Diamantina Eólicas Participações S.A.	26.186	26.186	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.	13.165	13.165	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	10.557	10.557	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.022	1.022	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.	-	-	533	533	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	-	-	536	536	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheio S.A.	-	-	535	535	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	-	-	250	250	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	357	357	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itaparica Ltda	-	-	27.253	27.253	-	-	-	-
	26.186	49.908	30.486	30.486	-	-	-	-
Total	51.329	64.936	-	30.593	(1)	175	(11.200)	(40.516)
Apresentados como								
Circulante	62.114	64.936	-	30.486				
Não circulante	12.937	-	-	107				
	51.329	64.936	-	30.593				

24.2. Movimentação

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.018	42.541
Adição	67.234	15.200
Encargos financeiros provisionados	3	393
Amortização	(40.110)	(27.541)
Capitalização dos créditos com rateio	(6.852)	
Capitalização do mútuo	(250)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	65.043	30.593
Adição	28.734	-
Encargos financeiros provisionados	(3)	(3)
Amortização	(18.723)	(104)
Saldos em 31 de março de 2025	75.051	30.486

24.3. Resumo das operações com partes relacionadas

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- 1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR.
- 2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- 3) Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

Debêntures privadas

Como mencionado na nota explicativa 13, tanto a Companhia quanto a sua controlada, Renova Comercializadora, emitiram instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Fase B e pela Companhia.

24.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 31 de março de 2024 e de 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$9.661 e R\$8.799, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/03/2025				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	4,00	4,00	8,00	6,00	14,00
Remuneração fixa acumulada	960	751	1.711	270	1.981
Salário ou pró-labore	802	660	1.462	270	1.732
Benefícios diretos e indiretos	158	91	249	-	249
Remuneração variável acumulada	986	330	1.316	-	1.316
Bônus	368	-	368	-	368
Provisão Programa de participação no resultado	618	330	948	-	948
Valor total da remuneração por órgão*	1.946	1.081	3.027	270	3.297

	31/03/2024					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	4,33	3,00	7,33	6,33	4,00	17,66
Remuneração fixa acumulada	888	467	1.355	270	70	1.695
Salário ou pró-labore	736	408	1.144	270	70	1.484
Benefícios diretos e indiretos	152	59	211	-	-	211
Remuneração variável acumulada	819	200	1.019	-	-	1.019
Bônus	100	-	100	-	-	100
Provisão Programa de participação no resultado	719	200	919	-	-	919
Benefícios pós emprego	12	-	12	-	-	12
Benefícios motivados pela cessação do cargo	677	-	677	-	-	677
Valor total da remuneração por órgão*	2.396	667	3.063	270	70	3.403

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/03/2025			31/03/2024			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	4,00	4,00	6,00	4,33	3,00	6,33	4,00
Valor da maior remuneração individual	659	330	45	962	258	45	17
Valor da menor remuneração individual*	338	220	45	304	77	45	17
Valor médio de remuneração individual	486	270	45	553	222	42	17

Nota (*): o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do período apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP. A remuneração da administração ficou dentro dos montantes aprovados em assembleia geral ordinária e o conselho fiscal atendeu os requisitos de LSA.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, o montante de até R\$ 12.133 para a remuneração global dos administradores no período de janeiro a dezembro de 2025.

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	11.164	16.211	11.164	16.211
Partes relacionadas	62.114	64.936	62.114	64.936
Não circulante				
Aplicações financeiras	21	22	21	22
Partes relacionadas	12.937	-	12.937	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	11.166	19.688	11.166	19.688
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	746	688	746	688
Partes relacionadas	30.486	30.486	30.486	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	1.000
Não circulante				
Fornecedores	31.699	16.638	31.699	16.638
Empréstimos e financiamentos	31.881	31.881	31.881	31.881
Debêntures privadas	52.496	53.756	52.496	53.756
Partes relacionadas	-	107	-	107
DIP Cemig (outras contas a pagar)	91.719	91.719	91.719	91.719
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	101.143	144.216	101.143	144.216
Aplicações financeiras	4.023	5.145	4.023	5.145
Contas a receber de clientes	54.064	48.798	54.064	48.798
Compromissos futuros	192.195	63.415	192.195	63.415
Não circulante				
Aplicações financeiras	21	22	21	22
Compromissos futuros	241.663	213.868	241.663	213.868
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	67.357	65.404	67.357	65.404
Empréstimos e financiamentos	30.800	33.691	30.800	33.691
Compromissos futuros	226.021	76.712	226.021	76.712
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	91.719	91.719
Não circulante				
Fornecedores	246.809	260.380	246.809	260.380
Empréstimos e financiamentos	1.115.068	1.110.499	1.115.068	1.110.499
Compromissos futuros	73.175	85.503	73.175	85.503
DIP Cemig (outras contas a pagar)	91.719	91.719	91.719	91.719

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Controladora				
31/03/2025		31/12/2024		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	11.164	-	16.211	-
Partes relacionadas	-	62.114	-	64.936
Não circulante				
Aplicações financeiras	21	-	22	-
Partes relacionadas	-	12.937	-	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	11.166	-	19.688
Empréstimos e financiamentos	-	746	-	688
Controladora				
31/03/2025		31/12/2024		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	30.486	-	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	31.699	-	16.638
Empréstimos e financiamentos	-	31.881	-	31.881
Debêntures privadas	-	52.496	-	53.756
Partes relacionadas	-	-	-	107
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	91.719	-	91.719
Consolidado				
31/03/2025		31/12/2024		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	101.143	-	144.216	-
Aplicações financeiras	4.023	-	5.145	-
Contas a receber de clientes	-	54.064	-	48.798
Compromissos futuros	192.195	-	63.415	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	21	-	22	-
Compromissos futuros	241.663	-	213.868	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	67.357	-	65.404
Empréstimos e financiamentos	-	30.800	-	33.691
Compromissos futuros	226.021	-	76.712	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	246.809	-	260.380
Empréstimos e financiamentos	-	1.115.068	-	1.110.499
Compromissos futuros	73.175	-	85.503	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	91.719	-	91.719

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Saldo em 31/03/2025	Valor justo em 31 de março de 2025		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	103.427	103.427	-	-
			Valor justo em 31 de dezembro de 2024	
Descrição	Saldo em 31/12/2024	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	148.648	148.648	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de março de 2025 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 31 de março de 2025 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 13, possuem como contrapartes o BNDES, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de março de 2025, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Taxa efetiva em 31 de março de 2025	11,28%	11,28%	11,28%
Aplicações financeiras:	103.427	103.427	103.427
Taxa anual estimada do CDI para 2025	11,28%	8,46%	5,64%
Perda anual nas aplicações financeiras	-	(3.023)	(6.045)
Empréstimos:	1.256.868	1.256.868	1.256.868
Taxa anual estimada do CDI para 2025	11,28%	14,10%	16,92%
Perda anual nos empréstimos e DIP financeiro - CEMIG	-	(35.685)	(71.370)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 11,28%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (8,46% a.a.) e 50% (5,64% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para

empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (14,10% a.a.) e 50% (16,92% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 13.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

g) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Classe II	15.958	-	172.646	942.161	1.130.765
Classe III	664	17.956	89.780	206.494	314.895
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	464	-	5.097	27.822	33.383
Total	17.086	17.956	267.523	1.176.477	1.479.043

h) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros			
Circulante			
Contas a receber de clientes	7	54.064	48.798

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de março de 2025 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

i) Gestão de capital

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(1.145.868)	(1.144.190)
Patrimônio líquido	758.413	815.951
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	105.187	149.383
Dívida líquida + Patrimônio líquido	(282.268)	(178.856)
Patrimônio líquido		
Capital social	758.413	815.951
Índice de alavancagem financeira - %	-37%	-22%

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

26. Prejuízo por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do período das opções de compra de ações com valor de período inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo líquido do período	(57.538)	(61.916)
<u>Prejuízo básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	249.484	160.084
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,23)	(0,39)
<u>Prejuízo diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	249.484	160.084
Prejuízo diluído por ação (em R\$)	(0,23)	(0,39)

27. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de março de 2025 é como segue:

Objeto da Garantia	Risco de operação	Importância Segurada	Vigência	
			Início	Fim
Riscos operacionais		4.620.315	13/06/2024	30/06/2025
Responsabilidade Civil Geral		50.000	30/11/2024	30/11/2025
Fiança bancária		3.250	09/08/2024	09/08/2025
Fiança bancária		10.529	28/02/2025	28/02/2026

Risco de administração e portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	60.000	31/01/2025	31/01/2026
Seguro empresarial dos escritórios	6.700	07/11/2024	07/11/2025
Seguro de riscos diversos - equipamentos	915	07/11/2024	07/11/2025
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	5.000	29/03/2024	29/04/26
Responsabilidade Civil Obras	3.000	10/09/2024	29/04/26
Risco de Engenharia	16.000	10/09/2024	29/04/26

28. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Provisão para perda sobre investimento	9	(7.380)	149	-	-
Direito de uso – arrendamento	11	1.990	180	2.679	-
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	10	1.420	1.128	1.420	1.128
Efeito da conciliação imobilizado – fornecedor	12	-	-	5	(226)
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros- Partes Relacionadas	19	-	(180)	-	-
Ações restáveis - Partes relacionadas		12.939	-	-	-

29. Eventos subsequentes

29.1. Alteração da composição acionária

Em 1 de abril de 2024 a companhia declara que recebeu de seus acionistas controladores Sr. Renato do Amaral Figueiredo e do Caetité Participações, o termo de dação, informando que o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e o Caetité Participações transferiram em sua totalidade, as ações ordinárias e as ações preferenciais de emissão da companhia para o novo veículo de investimento, Fundo de Investimento em Participações Macaúbas (“FIP Macaúbas”). Desta forma, o novo veículo de investimento FIP Macaúbas, passa a deter 17.005.440 ações ordinárias e 4.933.936 ações preferenciais de emissão da companhia.

De acordo com as correspondências, o objetivo da alteração na participação societária não objetiva a alteração do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia.

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de ações	% do Capital social total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.328.648	21,11%	-	0,00%	26.328.648	10,55%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	12,12%	-	0,00%	15.115.371	6,06%
FIP Macaúbas	11.213.277	8,99%	-	0,00%	11.213.277	4,49%
Outros Acionistas	98.413.333	78,89%	124.741.975	100,00%	223.155.308	89,45%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	66.545.129	53,35%	68.107.270	54,60%	134.652.399	53,97%
FIP Macaúbas	5.792.163	4,64%	4.933.936	3,96%	10.291.945	4,13%
BNDESPAR	696.683	0,56%	1.393.366	1,12%	2.090.049	0,84%
Outros	25.379.358	20,35%	50.307.403	40,33%	75.686.761	30,34%
Total	124.741.981	100,00%	124.741.975	100,00%	249.483.956	100,00%

Nota 1: Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR.

29.2. Aumento de capital

(apresentada em reais – R\$)

O Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$ 534.474.574, e representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,08.

Em 13 de maio de 2025 foi proferida decisão pela “2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais”, em sede de julgamento embargos de declaração, reconhecendo a nulidade da operação de conversão de crédito realizada pela Companhia, mediante capitalização de créditos, em aumento de capital homologado em 28 de abril de 2025.

A Companhia informa que a referida decisão não é definitiva e, portanto, está sujeita à interposição de recursos. A Companhia está avaliando, em conjunto com seus assessores, as medidas legais cabíveis contra a decisão e manterá o mercado informado acerca de quaisquer desdobramentos relevantes do assunto.

29.3. Incorporação de empresas do grupo

Em 28 de abril de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária, a incorporação de 20 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) do Complexo Alto Sertão III – Fase B (relação das empresas nota 1) pela Companhia. A operação, fundamentada em laudos de avaliação independentes, visa à simplificação da estrutura societária e à consolidação dos ativos operacionais.

Nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente, trata-se de um evento subsequente não ajustável, ocorrido após o encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2025.

Como efeito direto, será promovida a baixa da rubrica de Debêntures Privadas na controladora, anteriormente vinculadas às SPEs incorporadas, sem impacto no consolidado do Grupo."

29.4. Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações pré-grupamento para 1 (uma) ação pós-grupamento, sem modificação no capital social da Companhia, nos termos da proposta da administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, divulgada pela Companhia no dia 28 de março de 2025.



Informações

Trimestrais

Em razão disso, o capital social da Companhia, no valor de R\$ 4.704.868.964,80 (quatro bilhões, setecentos e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), passará a ser dividido em 372.183.910 (trezentos e setenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, novecentas e dez) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 309.812.923 (trezentas e nove milhões, oitocentas e doze mil, novecentas e vinte e três) ações ordinárias e 62.370.987 (sessenta e dois milhões, trezentas e setenta mil, novecentas e oitenta e sete) ações preferenciais, a partir da efetivação do grupamento.'